

O que ainda falta para tirar o Brasil do Mapa da Fome?



» JOSÉ GRAZIANO DA SILVA

Diretor-geral do Instituto Fome Zero, ex-diretor geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), de 2012 a 2019

Há alguns dias, o IBGE trouxe boas notícias: a fome no Brasil diminuiu significativamente no ano passado. Os dados mostram que a insegurança alimentar grave diminuiu de 33 milhões para menos de 9 milhões de pessoas entre o início de 2022 e o fim de 2023 e que a somatória da insegurança alimentar grave e a moderada — ou seja, o total de pessoas que não se alimentam o suficiente para ter uma vida normal — reduziu de 65 milhões para menos de 21 milhões de pessoas no mesmo período.

A maior parte dessa queda foi reflexo das políticas macroeconômicas implementadas em 2023, em especial, o aumento real do salário mínimo, somado à redução do desemprego, ao controle da inflação de alimentos e ao impacto positivo da melhoria de programas sociais, como o Bolsa Família.

Apesar desses avanços, é necessário não se esquecer que quase 21 milhões de pessoas — número que se aproxima à população da região metropolitana de São Paulo — ainda passavam fome no Brasil, no período analisado. E que a fome persiste não pela escassez de alimentos, mas principalmente pela falta de poder aquisitivo dos mais pobres, ou seja, a falta de dinheiro para adquirir os produtos básicos.

A situação ainda é preocupante no Nordeste e, principalmente, na Amazônia, cuja insegurança alimentar está diretamente ligada à devastação causada pelo desmatamento e às atividades do garimpo ilegal, afetando não apenas as terras indígenas, mas também áreas de preservação e terras de pequenos agricultores familiares. Convém destacar que a fome hoje não está mais concentrada nas zonas rurais, como há 20 anos, quando implantamos o Programa Fome Zero. A fome hoje é fundamentalmente urbana — metropolitana,

para ser mais preciso, pois está concentrada nas grandes cidades do país.

Infelizmente, o problema hoje não é apenas a fome daqueles que não comem o suficiente, mas também daqueles que comem mal. Na falta de dinheiro, as famílias comprometem a qualidade dos produtos que compram, trocando, por exemplo, a carne por salsicha ou o arroz com feijão por macarrão instantâneo. E cortam frutas, verduras e legumes, que, infelizmente, vêm tendo uma inflação muito superior à média, sendo substituídos basicamente por ultraprocessados.

A pesquisa do IBGE confirmou que os que comem mal, que têm uma insegurança alimentar chamada de leve, são 14 milhões de domicílios — cerca de 20% do total. Isso significa que um em cada cinco domicílios no Brasil sacrifica a qualidade da sua alimentação porque não tem poder aquisitivo para comprar produtos adequados. E nós sabemos as consequências disso: sobrepeso, obesidade e doenças associadas, como diabetes, hipertensão e problemas cardíacos, entre outras.

Para erradicar de vez a fome e também a má alimentação, precisamos fazer mais e melhor do que já fizemos, pois trata-se de um desafio mais complicado do que foi antes. As equipes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e da Saúde, que compõem a linha de frente do combate à fome do atual governo Lula, precisam estar empenhadas nisso de forma conjunta. Para tanto, é necessário lançar mão de duas outras políticas públicas da maior importância.

A primeira é a política tributária, que, hoje, contribui para ampliar a desigualdade ao impor os mesmos impostos sobre alimentos tanto para os ricos quanto para os pobres. A proposta apresentada, recentemente, pelo governo se limita a isentar os produtos da

cesta básica (e também as contas de água, luz e gás) de impostos federais e oferecer reembolsos via cashback para os mais pobres. Precisamos ir muito além disso. É fundamental também taxar mais os produtos ultraprocessados e isentar (ou até mesmo subsidiar) os saudáveis, especialmente os frescos, como frutas, legumes e verduras, para que sejam acessíveis aos mais pobres.

A segunda é o estabelecimento de uma política de segurança alimentar e nutricional enraizada nos municípios, semelhante às de educação e saúde. A integração das estruturas de assistência social, saúde e segurança alimentar em nível municipal é essencial para alcançar esse objetivo. Isso garantiria uma porta de entrada local para o acesso à alimentação adequada, evitando que situações extremas se tornem casos de polícia — relembrando o recente caso de um adolescente de Minas Gerais que recorreu à central do 190 para alertar que sua família estava passando fome.

Apesar dos avanços, ainda precisamos dar esses passos concretos para erradicar a fome no Brasil de forma definitiva. É necessário um compromisso contínuo com políticas de segurança alimentar e nutricional juntamente com programas de transferência de renda às famílias mais vulneráveis. Essas têm que ser políticas permanentes de Estado, e não transitórias de governos. Essa é a dura lição que podemos tirar diante da volta do país ao Mapa da Fome da FAO, com a descontinuação das políticas logo após termos saído desse cenário em 2015.

Somente por meio de um esforço coordenado e sustentado, com a sociedade civil em um papel central, podemos garantir que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada e digna.

Um novo presente é possível: Defensoria Pública em todos os cantos

» RIVANA RICARTE

Presidenta da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep)

Ativista Angela Davis nos ensina que não devemos aceitar as coisas que não podemos mudar, mas que devemos mudar as coisas que não podemos aceitar. Esse é um pensamento potente que nos põe em marcha para lutar pela construção de novas realidades sociais. É o marco do agir contramajoritário que impulsiona o trabalho de todas as defensoras e os defensores públicos em busca da promoção da justiça social no país. Esse é o marco que nos motiva a celebrar este 19 de maio, o Dia Nacional da Defensoria Pública.

A premissa constitucional estabelecida em 1988 através do artigo 5º, inciso LXXIV, que determina que o Estado forneça assistência jurídica integral e gratuita às populações em situação de vulnerabilidade, foi consolidada com a garantia do modelo público de acesso à Justiça efetivado por meio da Defensoria Pública. Levando-se em conta o marco constitucional, há 35 anos a instituição tem desempenhado um papel fundamental na promoção da justiça social no país.

No processo evolutivo nacional, é sempre fundamental a referencialidade a alguns marcos históricos. A Emenda Constitucional nº 45/2004 garantiu autonomia funcional e administrativa às defensorias públicas estaduais, permitindo-lhes atuar de forma independente. Posteriormente, as emendas constitucionais nº 69/2012 e 74/2013 estenderam essa autonomia à Defensoria Pública do Distrito Federal e da União. A Lei Complementar nº 132/2009 trouxe mudanças significativas, como a atuação em demandas coletivas e a criação de ouvidorias externas. Em 2014, a “PEC das comarcas” reformulou o perfil constitucional da Defensoria

Pública, reconhecendo-a como “função essencial à Justiça”, “instituição permanente” e “expressão e instrumento do regime democrático”, alinhada em simetria constitucional ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Assim, a história da Defensoria Pública está intimamente ligada à Constituição Federal e à consolidação do Estado Democrático de Direito.

Em um país marcado por profundos desafios sociais e econômicos, em que quase 30 milhões de pessoas vivem na linha de extrema pobreza, que registra 281 mil pessoas em situação de rua e têm seus direitos diuturnamente violados, onde a escravidão, a opressão contra os povos originários, o desrespeito com a população negra, a submissão de mulheres à condição de subcidadãs, a violação dos direitos das crianças e das pessoas idosas fazem parte da espinha dorsal da estruturação do poder estatal, a atuação de defensoras e defensores públicos se torna ainda mais relevante na defesa dos direitos daqueles que mais precisam. Por isso, não há nada mais certo do que celebrar a existência da maior instituição pública de defesa e assistência jurídica do mundo: a Defensoria Pública brasileira.

É pacífico que a Defensoria Pública realiza um papel público de verdadeira guardiã dos vulneráveis. Defensoras e defensores públicos reconhecem esse seu lugar enquanto trincheira de resistência democrática e de instituição promotora de direitos humanos. Neste 19 de maio, reconhecer os avanços alcançados, com a presença da Defensoria Pública estruturada em todas as unidades da Federação é importante. Mas a data também se revela como dia de intensa mobilização. Diferenças orçamentárias

institucionais entre Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, sentidas em todos os Estados, no Distrito Federal e no âmbito da União, criam desconfortos no sistema de justiça que implicam, além de redução de acesso às pessoas em situações de vulnerabilidades, fragilidade na execução de políticas públicas das mais diversas.

Para a garantia do equilíbrio de todo sistema de justiça e do fortalecimento do Estado defensor, é primordial aumentar a presença da instituição nas comarcas e nos espaços de poder para construção de políticas públicas. É primordial garantir o uso de prerrogativas que otimizem e acelerem o trabalho realizado por defensoras e defensores públicos em todo país, amplificando os resultados de sua atuação. Como revela Salvador Allende, “não basta que todos sejam iguais perante a lei. É preciso que a lei seja igual perante todos”.

Defensoras e defensores públicos conclamam que o fortalecimento da Defensoria Pública e a extensão de seus serviços para todas as pessoas necessitadas constituam uma política de Estado que cumpra a promessa constitucional de consolidar uma Defensoria Pública dotada de autonomia e que atue como instrumento de transformação social, preparada para reduzir as desigualdades e defender os mais vulneráveis, nas mesmas condições paritárias que os demais atores judiciais.

Defensoria Pública forte e presente em todos os cantos é dever do Estado e direito das pessoas em situações de vulnerabilidades. É assegurar que, sim, um novo presente, com mais inclusão e menos desigualdade social, é possível.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Passado que não passa

Crises existem justamente para testar a capacidade humana de superá-las. Sempre foi assim. Caso contrário a espécie estaria extinta. O importante é não subestimar nenhuma delas, aprendendo e retendo as lições que elas trazem. Essa receita vale tanto para as crises pessoais como para as crises de ordem política, social e econômica que atingem o Estado, o governo e a nação.

O que não se recomenda, de maneira alguma, é criar uma crise na tentativa de resolver outra. É o que está acontecendo agora com o deslocamento do ministro da Secretaria de Comunicação do governo para ser uma espécie de braço avançado do Planalto para solucionar a crise climática que vitimou o Rio Grande do Sul. Dizem que esse ministro foi derrubado para o alto, no caso, para o Sul, bem longe do palácio. Com isso, foi criada uma crise dentro de outra maior. Longe de resolver o sério problema experimentado pelos gaúchos, provocou uma espécie de intervenção branca naquele estado, atingiu a dignidade do governo local e, de resto, o governo federal mostrou a inaptidão do atual presidente em sanar uma crise que se mostra muito acima de sua capacidade de resolução.

A questão é demasiadamente delicada e complexa para ser solucionada apenas com a movimentação das peças no tabuleiro do poder. O governo sabe muito bem que a crise econômica que vem se desenhando no país em razão da aplicação de seu modelo de gestão estatista poderá ser elevada a alturas jamais vistas, em decorrência das inundações ocorridas no Rio Grande do Sul.

De certo modo, o governo sabe também que poderá, como é de seu feito, creditar a outrem, no caso as enchentes, o mal desempenho de sua gestão. Nesse caso, as inundações viriam para salvar a gestão petista na economia. De todo modo, esse é mais um problema que vai se desenhando no horizonte sem perspectivas de soluções.

Por outro lado, o governo pode muito bem atribuir ao ministro da Secom, deslocado para o Sul, quaisquer possíveis fracassos, não no projeto de recuperação daquele estado. Para o governador do Rio Grande, entregar o governo nas mãos do ministro Pimenta equivale a um reconhecimento de que as enchentes deixaram o estado sulista acéfalo, além de precipitar no abismo sua carreira política.

A situação, séria demais por suas dimensões catastróficas, tende a piorar e ganhar contornos de uma crise política. O Rio Grande do Sul, por sua trajetória histórica e política mais recente, não está inclinado à esquerda. Pelo contrário, desde os escândalos do mensalão e do petrolão que a comunidade gaúcha desfez seus laços que mantinha com a esquerda. Na verdade, a exceção é Paulo Paim, o único petista do país que prega o diálogo e a conciliação pensando na população brasileira.

» A frase que foi pronunciada:

“O livro *Resistência e Afirmação* tem o objetivo de explodir bolhas sociais que impedem muitos brasileiros de verem o óbvio.”

Paulo Paim

Boa pedida

» Quem quiser relaxar, todo primeiro sábado do mês, não pode perder a Roda de Choro é na Escola Brasileira de Choro, na área externa do Clube do Choro. Nos outros sábados, para se deleitar com a boa música, no estacionamento 10, a partir das 11h, no Parque da Cidade, o grupo está reunido tocando chorinho ao ar livre.

Calma

» Pacientes com catarata estão horrorizados com a banalização da cirurgia. Vale a pena ir devagar, consultar mais de um médico e pesquisar riscos.

Sem elogios

» Via crucis para quem quer tratar com as operadoras de telefonia fixa. Nem para se livrar da linha nem para segurá-la. O pior é ser obrigado a pagar as contas que continuam chegando mesmo sem o número. Sem ter a quem recorrer os consumidores sofrem com a falta de assistência.

» História de Brasília

Governador Brizola, com a decisão da Comissão de Justiça da Câmara, está sem efeito o convite que o sr. Baeta Neves lhe fez para se candidatar por Brasília. (Publicada em 8/4/1962)